PROJETO DE LEI N°____, DE 2024

(Da Sra. Dayany Bittencourt)

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho 1998, para dispor sobre participação do menor de dezoito anos não emancipado como titular de planos privados de assistência à saúde e tratar da transparência na comunicação com os consumidores de planos privados de assistência à saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a participação do menor de dezoito anos não emancipado como titular de planos privados de assistência à saúde e tratar da transparência na comunicação com os consumidores de planos privados de assistência à saúde.

Art. 2º O art. 14 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art.	14										
\neg	<i>1</i> – 7 .	 	-	 -							

Parágrafo único. O menor de dezoito anos não emancipado pode participar como titular de planos à privados de assistência saúde, independentemente do regime ou tipo contratação, respeitadas as condições legais para a prática de atos na vida civil. (NR)"





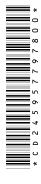
Art. 3º O art. 16 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art.	16.	 	 	 	
§ 1º		 	 	 	

§ 2º As comunicações prestadas aos consumidores de planos, independentemente do regime ou tipo de contratação, serão feitas de forma direta, em linguagem clara e adequada, ficando garantida, em caso de negativa de qualquer solicitação, a indicação de cláusula contratual ou o dispositivo legal que a justifique.

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo sujeita as operadoras de planos privados de assistência à saúde às penalidades do art. 25 desta Lei, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

É comum que deparemos com operadoras de planos de saúde que exigem que os pais contratem um plano para si mesmos para incluir seus filhos menores, o que, em nossa opinião, configura uma prática de venda casada. Essa exigência viola os direitos do consumidor e cria uma barreira ao acesso à saúde. Nesse contexto, não podemos deixar de mencionar que o Código de Defesa do Consumidor proíbe a venda casada, e o Superior Tribunal de Justiça já a reconheceu como ilegal.

Com este Projeto, queremos alterar a Lei de Planos de Saúde para determinar, expressamente, que o menor de dezoito anos não emancipado pode participar como titular de planos privados de assistência à saúde, independentemente do regime ou tipo de contratação, respeitadas as condições legais para a prática de atos na vida civil.

A sua aprovação garantirá a possibilidade de menores participarem de planos, ainda que seus pais não possam custear a ampla inclusão familiar. A título de exemplo, imaginemos uma família em que há uma criança com autismo. Nesse caso, a prioridade é que esta criança tenha acesso aos melhores tratamentos disponíveis. Pode acontecer de os pais não terem recursos para o pagamento de plano para si próprios, mas ainda assim quererem dar ao filho o acesso às possibilidades da Saúde Suplementar. A nossa luta, portanto, é para garantir direitos para famílias como essas.

Além disso, em nosso PL, sugerimos dispositivos que asseguram transparência e informações adequadas aos consumidores sobre suas prerrogativas. A nossa proposta estabelece critérios claros





para as informações aos consumidores, que devem ser prestadas de forma direta, em linguagem clara e adequada, garantindo que, em caso de negativa de solicitações, seja indicada a cláusula contratual ou dispositivo legal justificativo.

Assim, este PL busca equilibrar a relação entre operadoras e consumidores, assegurar a participação dos menores e promover a transparência na comunicação, o que reforça a eficácia da legislação em vigor. Pedimos, portanto, apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação.

Gabinete Parlamentar, em 24 de abril de 2024.

DEP. DAYANY BITTENCOURT (UNIÃO/CE)

